



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	10530.000315/2007-05
ACÓRDÃO	1102-001.750 – 1ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	30 de setembro de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	JM TOPOGRAFIA PROJETOS CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA.
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 2002, 2003

LUCRO PRESUMIDO. DETERMINAÇÃO. PERCENTUAL. CONSTRUÇÃO CIVIL.

Aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para determinação do lucro presumido na prestação de serviços na construção civil, quando não comprovado o efetivo emprego de material.

ACÓRDÃO

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso voluntário, para reduzir a exigência principal do IRPJ do primeiro trimestre de 2002 para R\$ 417,07 (quatrocentos e dezessete reais e sete centavos) e exonerar as demais exigências, nos termos do voto do Relator.

Assinado Digitalmente

Lizandro Rodrigues de Sousa – Relator

Assinado Digitalmente

Fernando Beltcher – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Lizandro Rodrigues de Sousa, Cristiane Pires Mcnaughton, Roney Sandro Freire Correa, Gustavo Schneider Fossati, Gustavo de Oliveira Machado (substituto[a] integral), Fernando Beltcher da Silva (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Extraordinária. Ausente(s) o conselheiro(a) Gabriel Campelo de Carvalho, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Gustavo de Oliveira Machado..

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário contra acórdão da DRJ que confirmou lançamento de IRPJ, no valor de R\$ 99.699,71 (noventa e nove mil e seiscentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), referente aos anos-calendário de 2002 e 2003, juntamente com os acréscimos legais correspondentes. Assim dispôs o Relatório da decisão recorrida:

Trata o presente processo, do auto de infração de fls.131 a 137, para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica — IRPJ, no valor de R\$ 99.699,71 (noventa e nove mil e seiscentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), referente aos anos calendário de 2002 e 2003, além da multa de ofício e dos juros de mora calculados até 31/01/2007.

De acordo com a descrição dos fatos contida no auto de infração, o lançamento decorreu de "aplicação incorreta do coeficiente de 8% sobre as receitas da atividade de prestação de serviços, quando o correto seria 32%", tendo como enquadramento legal os arts. 518 e 519 do RIR/99.

Em síntese, o Relatório Fiscal de fls. 138 a 140 esclarece o seguinte:

- a) "o sujeito passivo entregou à fiscalização os seus livros Diário e Razão 2002 e 2003, entretanto esta documentação não foi suficiente para comprovar que o contribuinte não estaria aplicando indevidamente o percentual de 8%, alíquota que só seria permitida, no seu caso, se desenvolvesse a atividade de construção por empreitada com emprego de materiais";
- b) como o contrato social e suas alterações listava como objeto uma grande quantidade de atividades, o contribuinte foi intimado a apresentar esclarecimentos quanto a atividade das receitas auferidas;
- c) em atendimento à intimação fiscal, apresentou as notas fiscais dos anos-calendário de 2002 e 2003, comprovantes de despesas 2002 e 2003, certidão cadastral e demonstrativo da composição do faturamento de 2002 e 2003;
- d) "ao analisar a documentação apresentada foi constatado que:

01- as notas fiscais de prestação de serviços apresentavam descrição genérica do serviço prestado, não sendo possível identificar se as receitas auferidas pela empresa eram provenientes de construção por empreitada com emprego de material; 02 — o demonstrativo da composição de faturamento discriminando a composição da prestação de serviço (compra de material, mão-de-obra, encargos/lucro) não apresentava a referência a nota fiscal de compra do material aplicado; 03- despesas havia apenas comprovação de despesas administrativas e pagamento de impostos, não sendo encontradas notas fiscais de compra de material";

- e) "para ratificar que o contribuinte não apresentou comprovação do emprego de material na prestação de serviço de construção civil por empreitada, foi este intimado a apresentar especificamente as notas fiscais de compra de material discriminados na sua planilha de composição de faturamento".

O contribuinte foi cientificado do lançamento em 28/02/2007, e em 29/03/2007 protocoliza defesa, fls. 145 a 151 apresentando, em síntese, as seguintes alegações:

- a) anexando textos do sistema de perguntas e respostas e algumas decisões administrativas da Receita Federal informa que é uma sociedade empresária de direito privado, desenvolvendo atividades de serviços técnicos de cartografia, edificações (residenciais, industriais, comerciais e de serviços), obras de urbanização e paisagismo, obras de engenharia civil, construção de redes de água e esgoto, obras de alvenaria e reboco, serviços de pintura em edificações em geral, terraplanagem e

outros movimentos de terras, demolição de edifícios e outras estruturas, dentre outras atividades";

b) "que participou dos processos de concorrência pública, na modalidade de licitação, na forma de tomada de preço, comparação de preço, carta convite e também por meio de _ contratação direta, em diversos órgãos da administração pública, tendo saído vencedora e contratada" em diversos processos que relaciona na defesa";

c) que a natureza por si só de todas as obras para as quais a autuada foi contratada, requereu obrigatoriamente o emprego de mão-de-obra, bem como diversos materiais, como areia, brita, bloco, concreto, pedra etc. Todos os serviços objeto dos contratos já citados no parágrafo anterior, referem-se a empreitada por preço global, para execução de serviços de construção de prédios e salas, e de barragens, reforma e ampliação de escolas, pavimentação de ruas com paralelepípedo, drenagem de ruas";

d) para comprovação da execução de serviços de construção civil por empreitada com aplicação de mão-de-obra, anexa ao PAF cópia de notas fiscais, boletins de medição de obras emitidos pelas prefeituras contratantes dos serviços e recibos de pagamentos emitidos atestando o recebimento dos valores referentes às obras executadas;

e) "que não há como construir, ampliar, ou reformar prédios, salas, barragens, ruas, pavimentar ruas com paralelepípedos, efetuar drenagem de ruas, sem o emprego de material de construção e até mesmo a água utilizada, pois todas as obras demandadas foram executadas no interior do estado da Bahia, com grande escassez de água, e a mesma tinha de ser adquirida através de carros pipa";

f) "que os próprios objetos de cada contrato já remetem a inquestionável constatação do emprego de materiais para sua realização. Procedimentos estes, que estão em perfeita conformidade com o que dispõe o art. 15 da Lei 9.249, de 1995 e os diversos posicionamentos aqui já explanados em momento anterior". Pede ao final a improcedência do auto de infração;

Acórdão da DRJ (e-fls. e ss, n. 15-18.945 – 1ª Turma da DRJ/SDR) julgou procedente em parte a impugnação, recorrendo de ofício ao CARF. Assim dispôs em ementa:

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2002, 2003

PROVAS. MOMENTO DA APRESENTAÇÃO.

A prova documental deve ser apresentada na impugnação, precluindo o direito de o impugnante fazê-lo em outro momento processual, a menos que fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior, refira-se a fato ou a direito superveniente ou destine-se a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas os autos.

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2002, 2003

O LUCRO PRESUMIDO. DETERMINAÇÃO. PERCENTUAL. CONSTRUÇÃO CIVIL.

Aplica-se o percentual de 32% (trinta e dois por cento) para determinação do lucro presumido na prestação de serviços na construção civil, quando não comprovado o efetivo emprego de material.

Cientificado em (e-fl.), o sujeito passivo apresentou recurso voluntário em (e-fl.), em que repete seus reclamos trazidos na impugnação.

VOTO

Conselheiro Lizandro Rodrigues de Sousa

O Recurso voluntário é tempestivo. Cumpridas as demais condições de procedibilidade, dele tomo conhecimento.

Trata-se de recurso voluntário contra acórdão da DRJ que confirmou lançamento de IRPJ, no valor de R\$ 99.699,71 (noventa e nove mil e seiscentos e noventa e nove reais e setenta e um centavos), referente aos anos-calendário de 2002 e 2003, juntamente com os acréscimos legais correspondentes. De acordo com a descrição dos fatos contida no auto de infração, o lançamento decorreu de "aplicação incorreta do coeficiente de 8% sobre as receitas da atividade de prestação de serviços, quando o correto seria 32%", tendo como enquadramento legal os arts. 518 e 519 do RIR/99.

Conforme relatado pela DRJ, a controvérsia presente nos autos ora em análise, restringe-se ao percentual a ser utilizado para presunção do Lucro da impugnante. O Auto de Infração aplicou o percentual de 32%, enquanto o impugnante entendeu ser aplicável a alíquota de 8%, sob a justificativa de que, além da mão-de-obra, aplicava também materiais ao longo da prestação dos seus serviços na área da construção civil. O resumo da legislação a seguir também é da DRJ.

O artigo 519 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000/1999, dispõe da seguinte forma acerca do cálculo do IRPJ quando apurado pela sistemática do Lucro Presumido:

Art.519. Para efeitos do disposto no artigo anterior, considera-se receita bruta a definida no art. 224 e seu parágrafo único.

§ 1º Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de (Lei n.º 9.249, de 1995, art. 15, § 1º):

III - trinta e dois por cento, para as atividades de:

a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares;

Como se vê, a alínea "a" do inciso III do art. 519 do RIR estabelece o percentual de 32% para a apuração do lucro nas atividades de prestação de serviços em geral.

O inciso IV do § 2º do art. 3º da Instrução Normativa 93, 24 de dezembro de 1997, ratifica a aplicação do percentual de trinta e dois por cento para a apuração do lucro nas atividades

de prestação de serviços, em especial para a atividade de “*d) construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra*”, conforme abaixo:

PAGAMENTO POR ESTIMATIVA

Base de Cálculo

Art. 3º A opção da pessoa jurídica, o imposto poderá ser pago sobre base de cálculo estimada, observado o disposto no § 0 do artigo anterior.

§ 1º A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida na atividade.

§ 2º Nas seguintes atividades o percentual de que trata este artigo será de:

I - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento) sobre a receita bruta auferida na revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - 8% (oito por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação de serviços hospitalares e de transporte de carga

III - 16% (dezesseis por cento) sobre a receita bruta auferida na prestação dos demais serviços de transporte;

IV - 32 % (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida com as atividades de:

a) prestação de serviços, pelas sociedades civis, relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada;

b) intermediação de negócios;

c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;

d) construção por administração ou por empreitada unicamente de mão-de-obra;

Por sua vez, o Ato Declaratório Normativo COSIT nº 6, de 13 de janeiro de 1997, publicado no DOU em 15/01/1997, afirma que, na atividade de construção por empreitada, o percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do imposto de renda mensal será de 8% (oito por cento), quando houver emprego de materiais, em qualquer quantidade.

A Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004 que dispõe sobre a retenção de tributos e contribuições nos pagamentos de serviços efetuados pelos órgãos da administração direta e indireta da União Federal, definiu no seu § 7, os parâmetros legais para o reconhecimento da aplicação do percentual de 8% nos serviços de construção civil por empreitada, com aplicação de materiais, conforme abaixo:

Art. 1º Os órgãos da administração federal direta, as autarquias, as fundações federais, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades em que a União, direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social sujeito a voto, e que recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) reterão, na fonte, o imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos previstos nesta Instrução Normativa.

(...)

§ 7º Para os fins desta Instrução Normativa considera-se:

I - serviços prestados com emprego de materiais, os serviços contratados com previsão de fornecimento de material cujo fornecimento de material esteja segregado da prestação de serviço no contrato, e desde que discriminados separadamente no documento fiscal de prestação de serviços, II - construção por empreitada com emprego de materiais, a contratação por empreitada de construção civil, na modalidade total, fornecendo o empreiteiro todos os materiais indispensáveis à sua execução, sendo tais materiais incorporados à obra.

A Recorrente afirma em sua defesa que executa serviços de construção civil por empreitada com aplicação de materiais, e anexa como prova diversos contratos, notas fiscais e boletins de medição emitidos pelos contratantes dos serviços, onde constaria a informação sobre os materiais aplicados nas obras.

Conforme termos da própria DRJ, da leitura destes contratos e boletins de medição, infere-se que para execução dos serviços contratados por empreitada global, estaria implícito (e para alguns contratos, está explícito, como se descreverá adiante) o fornecimento de materiais que seriam, consequentemente, incorporados às obras, o que, presumivelmente habilitaria a impugnante, à alíquota de 8% a ser aplicada sobre a sua receita bruta para fins de apuração do lucro presumido.

Mas, a Primeira Instância entendeu que o percentual a ser aplicado é o de 32%. Defendeu que, nos casos de prestação de serviços com aplicação de materiais, para se beneficiar da redução de 32% para 8% no percentual a ser aplicado sobre a receita bruta para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ na sistemática do lucro presumido, não bastaria:

“ a simples menção em contratos particulares ou boletins de medição emitidos pelos contratantes, sobre os materiais aplicados durante a execução da obra. A aplicação destes materiais deverá estar comprovada de forma insofismável mediante registro contábil das notas fiscais de aquisição e discriminados separadamente no documento emitido em favor do contratante do serviço, o que não ocorreu no presente caso, onde as notas fiscais foram emitidas de forma genérica, sem discriminação dos materiais aplicados.”

Discordo da DRJ. Conforme prescreve o art. 610 do Código Civil, “o empreiteiro de uma obra pode contribuir para ela só com seu trabalho ou com ele e os materiais”. O § 1º do mesmo artigo assevera que “a obrigação de fornecer os materiais não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes”. Mas, entendo que a obrigação de fornecer os materiais, pelo contratado/Recorrente, restou comprovada. Os contratos com as prefeituras a seguir listados trazem expressamente que os materiais eram de responsabilidade da contratada: e-fls. 261, 277, 292, 299. A seguir colo algumas destas previsões contratuais:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**PROCESSO DE LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇO) N° 012/2002**

Contrato de Empreitada por Preço Global que entre si celebram, de um lado, o MUNICÍPIO DE BARROCAS e do outro, a empresa J M TOPOGRAFIA, PROJETOS, CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES LTDA.

O MUNICÍPIO DE BARROCAS, pessoa Jurídica de direito público interno, com endereço e número do CNPJ impressos no cabeçalho, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor JOSÉ EDILSON DE LIMA FERREIRA brasileiro, casado, maior, comerciante, portador da Cédula de Identidade nº 2607257/SSP/BA e CPF nº 147.555.565-20, ora denominado simplesmente PREFEITURA, acorda com a empresa JM TOPOGRAFIA PROJETOS, CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.813.848/0001-28, com endereço na rua Monsenhor Carlos Olímpio, 55, Centro Barrocas-Bahia, CEP 48.70-000, neste ato representada por seu sócio proprietário, Senhor José Joaquim de Oliveira, brasileiro, maior, residente e domiciliado na cidade de Barrocas, ora denominada simplesmente CONTRATADA, no presente instrumento, mediante cláusulas que a seguir expõem, observam, aceitam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA 1º – OBJETO

O objeto do presente contrato é a execução, sob o regime de empreitada por preço global de obras especializadas de engenharia neste Município, para ampliação do Mercado Municipal de cereais de Barrocas, conforme especificações constantes do Edital de Licitação nº 012/2002, que rege este contrato e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as alterações da Lei nº 8.883/94.

(...)

CLÁUSULA 5º – REGIME DE EXECUÇÃO, PRAZOS E PRORROGAÇÕES

1. A obra será contratada sob o regime de empreitada por preço global;
2. Todos os materiais e equipamentos utilizados na obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como, todos os custos de aquisição;

(...)



Prefeitura Municipal de Barrocas
CGC-04.216.287/0001-42
Rua Pedro Esmeraldo Pimentel, 295 - CEP -48705-000
Barrocas-Bahia

ARF
Fls
Ret

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 012/2002**I - REGÊNCIA LEGAL:** Lei nº 8.666/93 com as alterações posteriores.**II - MODALIDADE:** TOMADA DE PREÇO**III - ÓRGÃO SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS URBANISMO E MEIO AMBIENTE**IV - REGIME :** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**V - FORMA DE EXECUÇÃO:** EXECUÇÃO INDIRETA**VI - RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS:**

DATA: 10.04.2002

HORA: até às 17:00 horas

LOCAL: Rua Pedro Esmeraldo Pimentel, 295 , Centro – Barrocas -Bahia

VII – OBJETO:

- 7.1 – Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para ampliação do Mercado Municipal de Cereais na cidade de Barrocas, cujas obras serão executadas conforme projeto, especificações e planilhas anexas;
- 7.2 – A adjudicação do objeto ao vencedor, obedecerá às condições constantes deste Edital e seus anexos;

(...)



Prefeitura Municipal de Barrocas

CGC-04.216.287/0001-42
Rua Pedro Esmervaldo Pimentel, 295 - CEP -48705-000
Barrocas-Bahia

ARQUIVADO
Fls 992
Rub...

disposições contidas no Código Civil Brasileiro, ou de fatos da Administração ou sujeições imprevistas;

26.5 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos iniciais serão encaminhados por escrito, 01 (um) dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 05(cinco) dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificação circunstanciada;

26.6 – Todos os materiais a serem empregados na execução da obra deverão ser fornecidos pela contratada bem como todos os custos de aquisição. Todos os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e normas da ABNT;

26.7 – A responsabilidade pelo fornecimento, em tempo hábil dos materiais, será da contratada. Consequentemente, ela não poderá solicitar prorrogação de prazo, nem justificar retardamento na conclusão dos serviços, em decorrência de fornecimento deficiente de materiais;

(...)

Prefeitura Municipal de Barrocas

CGC-04.216.287/0001-42
Rua Pedro Esmervaldo Pimentel, 295 - CEP -48705-000
Barrocas-Bahia

ARQUIVADO
Fls 992
Rub...

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CARTA CONVITE N° 003/2003

Contrato de Empreitada por Preço Global que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BARROCAS e do outro a empresa JM TOPOGRAFIA, PROJETOS, CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES LTDA., na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE BARROCAS, pessoa Jurídica de direito público interno, com endereço e número do CNPJ impressos no cabeçalho, neste ato representado por José Edilson de Lima Ferreira, brasileiro, maior, casado, Prefeito Municipal, ora denominado simplesmente PREFEITURA, acorda, com JM TOPOGRAFIA PROJETOS, CONSTRUÇÕES TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº03.813.848/0001-28, com endereço rua Monsenhor Carlos Olímpio, 55, Centro-Barrocas-Bahia, CEP 48.705-000, neste ato representada por seu sócio proprietário Senhor José Joaquim de Oliveira, brasileiro, maior, casado, comerciante, ora denominada simplesmente CONTRATADA, no presente instrumento, mediante cláusulas que a seguir expõem, observam, aceitam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA 1º – OBJETO

O objeto do presente contrato é a execução, sob o regime de empreitada por preço global de obras especializadas de engenharia, para construção de BARRAGENS DE TERRA, em diversos Povoados do Município de Barrocas, conforme especificações constantes do Edital de Licitação nº 003/2003 e seus anexos, que rege este contrato e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as alterações da Lei nº 8.883/94.

(...)

Estadual.

CLÁUSULA 5º – REGIME DE EXECUÇÃO, PRAZOS E PRORROGAÇÕES

1. A obra será contratada sob o regime de empreitada por preço global;
2. Todos os materiais e equipamentos utilizados na obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como, todos os custos de aquisição;
3. O prazo máximo para execução da obra é de 90 (noventa) dias e o prazo máximo para iniciar a execução da obra é de 05(cinco) dias corridos a contar da data do recebimento da Ordem de Serviço;

(...)



Prefeitura Municipal de Barrocas

CNPJ 04.216.287/0001-42

Rua Pedro Esmeraldo Pimentel, 295 - CEP 48.705-000
Barrocas - Bahia

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato de Empreitada por Preço Global que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE BARROCAS e do outro a empresa JM TOPOGRAFIA, PROJETOS, CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES LTDA., na forma abaixo:

O MUNICÍPIO DE BARROCAS, ESTADO DA BAHIA, pessoa Jurídica de direito público interno, com endereço e número do CNPJ impressos no cabeçalho, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor José Edilson de Lima Ferreira, ora denominado simplesmente PREFEITURA, acorda, com JM TOPOGRAFIA PROJETOS, CONSTRUÇÕES TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº03.813.848/0001-28, com endereço rua Monsenhor Carlos Olímpio, 55, Centro-Barrocas-Bahia, CEP 48.705-000, neste ato representada por seu sócio proprietário Senhor José Joaquim de Oliveira, brasileiro, maior, casado, comerciante, ora denominada simplesmente CONTRATADA, no presente instrumento, mediante cláusulas que a seguir expõem, observam, aceitam e se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA 1ª – OBJETO

O objeto do presente contrato é a execução, sob o regime de empreitada por preço global de obras especializadas de engenharia, para REFORMA do CENTRO DE SAÚDE, da cidade de Barrocas, situado na rua Maria das Dores, s/n, conforme especificações constantes do Edital de Licitação nº 016/2003 e seus anexos, que rege este contrato e de acordo com a Lei nº 8.666/93 e as alterações da Lei nº 8.883/94.

(...)

CLÁUSULA 5ª – REGIME DE EXECUÇÃO, PRAZOS E PRORROGAÇÕES

1. A obra será contratada sob o regime de empreitada por preço global;
2. Todos os materiais e equipamentos utilizados na obra deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, bem como, todos os custos de aquisição;

(...)

Em boa parte das notas fiscais, há a divisão do valor recebido especificando o valor cobrado por serviços e o valor cobrado pelos materiais fornecidos pela contratada: e-fls. 138 a 145, 250 a 356, 187 a 196. A seguir colo algumas destas notas fiscais:

(...)

FIANA/DRF/FS/SA/BA
Fls. 123
Rub. J.M.

Pereira e Cordero B Cia. Ltda. - Rua Campos Elíseos, 928 Farolha - Irecê, Est. SE 06389186 (GC 10334462/068811-01 Ilh. 50x3 Série A do CASI e 100 Ast. 01/22/12 Prefeitura Mun. de Boa Esperança em 14 novembro 2002

Recebemos de JM Topog Proj Constr. e Transp Ltda
os produtos constante(s) desta Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série A N° 063
Data: 23 de DEZEMBRO de 2003. Ass.: *[Signature]*



(...)

O teor das notas fiscais coladas aos autos não descreve os materiais que foram utilizados nas obras nem se a responsabilidade da compra dos materiais era da contratada. Entendo que não seria prático que assim dispusesse. Esta descrição cabe aos contratos e aos relatórios de medição. Quase todas as notas consultadas fazem referência aos contratos, com expressões do tipo “serviços conforme contrato x/yy”; “serviços conforme convênios x/yy”; “serviços conforme medição x/yy”.. Neste sentido as notas fiscais de e-fls 161 a 186, 378 a 388. A seguir colo algumas destas notas fiscais.

(...)

Fl.
Rub.

JM Topografia/Projetos/Construções e Transportes Ltda.		NOTA FISCAL	
		Prestação de Serviços	
		Insc. Munic. 10.400.016 CNPJ 05.813.821/0001-24	Nº 025
		VALIDADE PARA USO ATÉ 09-mar-2003	
		Natureza da Operação Prestação de Serviços	
		Emissão da Nota 14/02/2002	
DESTINATÁRIO DOS SERVIÇOS			
Nome da Firma: <u>MUNICÍPIO DE ARAPI</u>			
Endereço: <u>REA DA POUZINHO, 04</u>			
Município: <u>Arapé</u>		Estado <u>BAHIA</u> Cond. Pago:	
C.G.C 14.232.006/0001-92		Ins. Est. _____ Ins. Mun. _____	
Quant.	Unid.	Discriminação dos Serviços Prestados	
		PREÇOS	UNITÁRIO
		TOTAL	
<u>REF. A 50% DO VALOR GLOBAL PAGADO P/OS SERVIOS DE CONSTRUÇÃO DOS PRÉDIOS E ESCOLAS NOS PAVIMENTOS SEMINÁRIOS, SEM FRETE REJEITO E CALDEIRAS A TÍTULO DE TURBANTELOS DAS CALDEIRAS DE OBRAS CONFORME CONTRATO FIRMADO EM 29/01/2002.</u>			
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza			
		Valor do ISS R\$	Valor dos Serv. R\$
		2.105,77	70.192,35
		Valor desta Nota R\$	
		70.192,35	

Pereira e Cordoso & Cia. Ltda - Rua Campos Elíseos, 323 Serrinha - Ins. Est. 26389106 CGC 16344802/6601-08
01 Tlo. 50x3 Série A de 001 a 030 Aut. 0003/2001 Pref., Mun. de Barrocas em 19-março-2001

Recebemos de JM Topografia/Projetos/Construções e Transp Ltda.
os produtos constante(s) desta Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série-A
Data 14 de 02 de 2002 Ass. H. Lopes N° 025

(...)

FIAN
F...
Rub...
X

JM Topografia/Projetos/Construções e Transportes Ltda.		NOTA FISCAL		
		Prestação de Serviços		
		Nº 026		
		Data da Emissão da Nota 05.03.2002		
		VALIDADE PARA USO ATÉ 09-mar-2003		
		Natureza da Operação Prestação de Serviços		
		Destinatário dos serviços		
		Nome da Firma: <u>REP. PÚBLICA MUNICIPAL DE AREIA</u>		
		Endereço: <u>Rua Da Conceição, 04</u>		
		Município: <u>AREIA</u> Estado: <u>BAHIA</u> Cond. Pcto.: _____		
		C.G.C 14.232.086/0001-92 Ins. Est. _____ Ins. Mun. _____		
		PREÇOS		
Quant.	Unid.	Discriminação dos Serviços Prestados	UNITÁRIO	TOTAL
		<u>30% Dos Serviços De Reforma</u>		
		<u>Da Estrada Que Liga A Serra Do Deserto</u>		
		<u>Município As Pedreiras "João Osvaldo" E "Felipe De Oliveira Barros"</u>		
		<u>Prof. Polivaldo Freitas 05/03/2002</u>		
		<u>RKF = R\$ 27.238,00</u>		
		Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza		
		Valor do ISS R\$ 18.825,00		
		Não tem Valor como Recibo R\$ 941,25		
		Valor desta Nota R\$ 18.825,00		
Pareira e Cordoba & Cia. Ltda. - Rua Campos Filho, 323 Sorriso - Ins. Est. 26389186 CGC 16344802/8861-08 01 Fl. 50x3 Série A da 001 a 050 Aut. 0003/2001 Pref. Mun de Barreiros em 05/março 2001				
Recebi(emos) de JM Topografia/Projetos/Construções e Transp. Ltda. os produtos constante(s) desta Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série A Data 05 de 03 de 2002 Arr. <u>[Assinatura]</u> Nro. 003				

(...)

Desta forma, estou convencido de que a Recorrente prestou serviços de empreitada com fornecimento de materiais, devendo aplicar o percentual de 8% sobre a receita bruta para calcular seu lucro presumido.

Exceção é representada pelos serviços pagos conforme as notas fiscais abaixo (e-fls. 165, 304, 319 e 320), que somaram R\$ 11.585,20, em que, por sua natureza, não cabe a utilização de materiais:

(...)

Fls. 99
Rub. 29

JM Topografia/Projetos/Construções e Transportes		NOTA FISCAL	
		de Prestação de Serviços	
Inscr. Munic. 10.400.016 CNPJ 04.348.000/0001-00		Nº 028	
Rua Monsenhor Carlos Olímpio, 500		VIA Série A	
Centro — Barreiras — Bahia		VALIDADE PARA USO ATÉ 09-mar-2003	
BARREIRAS - BAHIA		Natureza da Operação Prestação de Serviços	
		Data da Emissão da Nota 22/03/2002	
DESTINATÁRIO DOS SERVIÇOS			
Nome da Firma: <u>Prefeitura Municipal de Barreiras</u>			
Endereço: <u>Rua Pedro Bismarck Pimentel</u>			
Município: <u>Barreiras</u> Estado: <u>Bahia</u> Cond. Pagto. <u>A VISTA</u>			
C.G.C 04.216.287/0001-42 Insc. Est. ISENTE Ins. Mun.			
Quant.	Unid.	Discriminação dos Serviços Prestados	
03	Elaboração de projeto para reforma do mercado municipal	UNITARIO R\$ 475,00	TOTAL R\$ 475,00
01	Elaboração de projeto para ampliação do Colégio José Luiz da Silva Santos.	475,00	475,00
01	Elaboração do projeto da Praça Praia do Rio	475,00	475,00
01	Elaboração do projeto de pavimenta- ção do Ponto do Rio Cedro no município de Barreiras	475,00	475,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza		Valor do ISS R\$	Valor dos Serv. R\$ 1.900,00
Não tem Valor como Recibo		R\$	Valor desta Nota R\$ 1.900,00
Parágrafo 1º do artigo 1º da Lei nº 10.639, de 29 de dezembro de 2002. Art. 1º Fica autorizada a utilização de instrumentos eletrônicos para a emissão, assinatura, validação, troca, consulta e cancelamento de documentos fiscais, inclusive a Nota Fiscal Eletrônica, respeitado o disposto na legislação federal, estadual e municipal que disciplinar a matéria.			
Recebí(emos) de JM Topografia/Projetos/Construções e Transp Ltda. os produtos constante(s) dessa Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série A Data 22 de Março de 2002 N° 028 Ass. <u>Milena Souza</u>			

(...)

Recebimento(s) de JM Topografia/Projetos/Construções e Transp Ltda.
ou produto(s) constante(s) desta Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série A

Dia: 11 de Januário de 2002

© Berl.

Não tem Valor como Reclamo

Impresión: Sistech Services de Desarrollo Web

Não tem Valor como Recibo

Valor dos Serv. R\$

R

()

JM Topografia/Projetos/Construções e Transportes Ltda.

Nº 021

Insc. Municipal 10.400.016 CNPJ 03.813.849/0001-28

Rua Monsenhor Carlos Olímpio, 55 Centro — Barrocas - Bahia

Válida para uso até 09-mar-2003

Validade para Operação e Prestação de Serviços

BARROCAS-BAHIA

Emissão da Nota: 14/01/2002

DESTINATARIO DOS SERVIÇOS

Nome da Firma: Proj. Elétrica Municipal de Barrocas

Endereço: Rua Pedro Esmeraldo Pimentel nº 295

Município: Barrocas Estado: Bahia Cond. Pág.: A Vista

C.G.C 04.216.287/0001-42 Insc. Est. 15 ENT. Ias. Mun.

Quant.	Unid.	Discriminação dos Serviços Prestados	PREÇOS
			UNITÁRIO TOTAL
		Prestação de serviço Topográfico na elaboração dos projetos das Barragens edmonférias de Baixa da Cruz, mimocas, Baixa Redonda e Sapeira.	1.899,20
			3.899,90
		Imposta Sobre Serviços de Qualquer Natureza	Valor do ISS Valor dos Serv. R\$ 1.999,90
		Não tem Valor como Recibo	RS Valor desta Nota R\$ 1.899,90

Notaria e Cadastral A. C. L. - Rua Campos Filho, 323 Setor Sul - Insc. Est. 26389186 CGC 16344802/6466-08
Data: 04/03/2003 Série A de 001 a 050 Aut. 0063/2003 Pref. Mun de Barrocas em 09-marc-2003

Recibido(a) de JM Topografia/Projetos/Construções e Transp Ltda.
que produziu constante(s) dessa Nota Fiscal de Prestação de Serviços Série A

Nº 021

Data: 14 de Janeiro de 2002 Ass. *SCM/Barreiros*

(...)

Desta forma, R\$ 11.585,20 de base de cálculo importa em um IRPJ de R\$ 417,07 (resultado da incidência da diferença de alíquota de 24% (32% - 8%) sobre a base de cálculo, e neste resultado incidindo 15% para o cálculo de IRPJ), no primeiro trimestre de 2002, de lançamento restante.

Pelo exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso voluntário, reduzindo o IRPJ lançado para R\$ 417,07, no primeiro trimestre de 2002, e exonerando o IRPJ dos demais períodos.

Assinado Digitalmente

Lizandro Rodrigues de Sousa